

A ditadura civil-militar em Alegrete: partidos e sublegendas durante a eleição municipal de  
1976

DIEGO GARCIA BRAGA \*

## INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre o regime civil-militar brasileiro (1964-1985) vêm crescendo ano após ano, devido ao aperfeiçoamento das técnicas metodológicas e à intensificação do debate reflexivo sobre o tema. No campo acadêmico, muitas pesquisas focam principalmente a repressão imposta pelas Forças Armadas e os movimentos das esquerdas, bem como a resistência à ditadura; e também à atuação de algumas personalidades de destaque nos bastidores da política nacional e as distribuições entre as bancadas no Congresso.<sup>2</sup> Sobre este último aspecto, é observado um cenário partidário de total artificialismo entre as duas organizações existentes entre 1966 e 1979, os quais se distribuíram a partir da centralidade do regime autoritário. Assim, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) representou a “situação”, ou seja, o governo federal e as suas diferentes elites civis apoiadoras, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), as oposições, ficando ao longo do tempo a ARENA atribuída pejorativamente como partido do “sim” e o MDB como o do “sim, senhor” e “oposição consentida”.<sup>3</sup>

Não obstante, a ARENA foi pujante eleitoralmente até a metade da década de 1970, no período o qual houve maior repressão do regime à sociedade. Cassações de mandatos eletivos e suspensões de direitos políticos, sobretudo aos integrantes do MDB, imposições de atos institucionais e complementares, seguidas alterações nas leis eleitorais, intervenções em assembleias legislativas, etc. foram impostas durante o período, o que acabou por beneficiar o partido situacionista (CARVALHO, 2014: p. 170). No entanto, questões ocorridas a partir da metade da década de 1970, como os problemas causados pelo fim do “milagre brasileiro” no campo econômico, o crescimento gradativo da insatisfação social à repressão e o início das

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

<sup>2</sup> As duas obras organizadas pelos historiadores Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridendi e Rodrigo Patto Sá Motta em 2004 e 2014, respectivamente intituladas “O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)” e “A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964”, sintetizam e destacam aspectos mais abrangentes do período, a partir de uma variedade de artigos condensados dos estudos principais dos seus autores.

<sup>3</sup> Conforme Maria D’Alva Kinzo, a falta de uma clareza ideológica e representativa e a diversidade de origens partidárias que caracterizaram a ARENA e o MDB seria marcante para a definição de que ambos eram instituições artificiais (KINZO, 1988: p. 32). Contudo, Lucia Grinberg retoma a questão em seu estudo sobre a ARENA (2009: p. 30-31), discordando desta artificialidade, embora reflita sobre as dificuldades dos partidos durante a ditadura. Ela busca compreender como se deu a participação das pessoas, isto é, dos políticos profissionais (arenistas) no campo político e como parte constitutiva das instituições.

tratativas conduzidas pelo presidente, à época, recém empossado Ernesto Geisel, sobre uma abertura política “lenta, gradual e segura”, evidenciaram claros sinais de desgaste do regime, o que refletiu também em seu partido legitimador. Isso porque a ARENA sofreu uma significativa derrota eleitoral no pleito para o Congresso Nacional em 1974. E o MDB, por sua vez, melhor estruturou-se a partir de então, conquistando maior espaço no campo político.<sup>4</sup>

Partindo destas considerações, o presente artigo objetiva analisar a eleição municipal de 1976 em Alegrete (RS), delimitando a observação à disputa ao Poder Executivo. Por meio das informações coletadas, verificou-se que a ARENA venceu o pleito à prefeitura, contrariando as tendências partidárias nacionais. Desta forma, a vitória arenista poderia estar vinculada à suposição de que o partido ainda era forte eleitoralmente em regiões interioranas, embora enfrentasse desgaste político a nível nacional. Todavia, a questão se mostra mais complexa. Assim sendo, acredita-se que o recurso das sublegendas se tornou importante instrumento eleitoral nas eleições municipais, pois acirraram as disputas inter e intrapartidárias em torno do poder político local.

Além disso, a localização geográfica de Alegrete concedeu-lhe posição singular na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Embora distante cerca de 600 km de Porto Alegre, capital do estado, e próximo às fronteiras do Brasil com a Argentina e o Uruguai, foi o único município com população aproximada a 50 mil habitantes que manteve as eleições majoritárias livres, uma vez que alguns de seus vizinhos, como Itaqui, Quaraí, Santana do Livramento, São Borja e Uruguaiana, tiveram os seus prefeitos indicados pelo regime.<sup>5</sup>

Não obstante, buscaram-se conexões entre alguns aspectos levantados por Serge Bernstein e Giovanni Lévi. O primeiro propicia apoio teórico sobre os partidos políticos e as suas funções na sociedade; o segundo auxilia nas formas pelas quais serão articuladas as estratégias partidárias, bem como o protagonismo de algumas lideranças políticas. No tocante das fontes, foram aproveitadas as atas finais do escrutínio de 1976, disponíveis no web site oficial do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).<sup>6</sup> Elas apresentam os nomes envolvidos

---

<sup>4</sup> Ver mais em: LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (org.) Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 83-134.

<sup>5</sup> A suspensão das eleições majoritárias em municípios e capitais pode ser analisada a partir da Lei Nº 5.449, de 4 de junho de 1968, que declarou “de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição os Municípios que especifica”; dentre os do Rio Grande do Sul, foram enquadrados: Alecrim, Bagé, Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizontina, Itaqui Jaguarão, Osório, Pôrto Lucena, Pôrto Xavier; Quaraí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja; São Nicolau, Tramandaí, Tenente Portela, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana. Pouco tempo depois, Canoas foi incluída à lista.

<sup>6</sup> RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS). Eleições municipais de 1968, 1972 e 1976. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/index.php?nodo=8773>. Acesso em: 15/1/2015.

na disputa e os números finais do escrutínio, as votações obtidas pelos candidatos e os votos não válidos. Além disso, informações extraídas das entrevistas concedidas por políticos do período são de extrema pertinência, pois ajudam a reconstituir as referidas estratégias político-partidárias,<sup>7</sup> embora devam ser seguidas pelas precauções necessárias ao trato de fontes orais.<sup>8</sup>

## 1 PROBLEMÁTICA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Na obra “A Herança Imaterial”, Giovanni Lévi analisa as relações de poder entre os habitantes de um pequeno vilarejo, localizado na atual Itália, os quais estabeleciam redes de contatos e estratégias. Estas últimas, voltadas para se evitar a imprevisibilidade do futuro.<sup>9</sup> Em suma, embora a temática e os recursos metodológicos da obra distanciem-se dos pressupostos destacados neste artigo, as concepções de Lévi preocuparam-se em pensar o vivido, as ações dos indivíduos, em meio às inconsistências dos sistemas normativos (2011: p. 157). No presente trabalho, os nomes dos envolvidos na disputa eleitoral, bem como as estratégias estabelecidas para formalização das candidaturas, serão o fio condutor para a compreensão do cenário político algaracetense e este, por sua vez, possibilitará a análise dos partidos políticos ao final dos anos de 1970.

No entanto, Berstein aponta algumas tendências nas quais os estudos sobre os partidos políticos deveriam se desvencilhar. Entre elas estariam as “empenhadas em reconstruir com precisão o tecido factual da vida dos partidos”, mediante monografias nacionais ou locais (BERSTEIN, 2003: p. 57-58). Além disso, deveriam ser separados do campo de atuação dos indivíduos, pois estariam vinculados ao concreto, ao cotidiano, e os partidos, ao plano do político, diretamente inserido à esfera do discurso e das representações especulativas, não existindo passarela natural entre as duas (Idem: p. 60).

Na concepção de Berstein, os partidos políticos são testemunhas de um determinado estágio de desenvolvimento das sociedades e operam a mediação política. Para ele, a função de mediação decorre de uma espécie de adaptação à sociedade e de uma leitura das “aspirações mais ou menos confusas das populações” (Idem: p. 61). Acerca disso, existem no

---

<sup>7</sup> Os indivíduos entrevistados foram: pelo MDB, Adão Faraco (vereador: 1964-68; vice-prefeito 1969, cassado pelo AI-5), Eleú Meneses (vereador: 1969; cassado pelo AI-5) e Aírton Amaral (vice-prefeito: 1972-1976). Pela ARENA: Claudio Rosso (vereador 1968-72; 1976-82; integrante do Partido Popular (PP) e do PMDB, quando este abrigou o PP no início da década de 1980). Pelo PDS/PPB: Gilberto Brandont (vereador 1982-2000) e Luiz Carlos Félix (candidato a vereador pela ARENA em 1972 e a prefeito em 1982, não se elegendo nas duas oportunidades).

<sup>8</sup> ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

<sup>9</sup> LÉVI, Giovanni. A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 2000. Destaca-se também o prefácio da obra, intitulado “A história ao rés do chão”, de autoria do historiador Jacques Revel.



seio dos partidos elementos imbricados em sua estrutura organizacional e nos seus fins. São instituições formadas inicialmente por grupos de interesses relativamente comuns, que estabelecem o que Berstein chama de “razão de ser” dos partidos, que é a aceção do seu papel na sociedade. No que se refere à organização, os partidos constituem por um lado uma rede de eleitos e clientelas “graças a interesses ou perenidade comum”, que o fazem durar no tempo, mesmo quando não conseguem responder aos problemas da sociedade. Em suma, adotam mecanismos que também buscam uma base militante e de eleitorado, traçando estratégias e constituindo, ao longo do tempo, uma tradição e uma cultura política (Idem: p. 67).

Assim, se pode considerar a função de mediação dos partidos como um aspecto intermediário entre a sua organização interna, as investidas eleitorais e a busca norteadora pelo poder. No entanto, estaria o cenário proporcionado pelo regime civil-militar totalmente de acordo com estes argumentos elencados acima? Se reafirmarmos o argumento de que a ARENA e o MDB eram pouco identificados socialmente, como afirma Kinzo (1988: p. 32), por exemplo, estaríamos desconsiderando que a cultura política brasileira, historicamente, impossibilitou o enraizamento de instituições partidárias fortes na sociedade? Até que ponto é possível avaliar estes dois partidos conforme as suas respectivas atribuições como partidos políticos?

Sem embargo, ambos abrigaram as forças políticas originárias dos antigos partidos, que foram extintos em virtude dos resultados das eleições estaduais de 1966.<sup>10</sup> Ao longo do regime, novos quadros políticos – denominados “puros”, por não terem vínculo partidário com as antigas instituições – ingressaram na política, havendo uma confluência entre as antigas e as novas lideranças. Tanto a ARENA quanto o MDB abrigaram alas políticas completamente heterogêneas. No caso da ARENA, frações oriundas do Partido Social Democrático (PSD) e alguns dissidentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tiveram que conviver com membros da União Democrática Nacional (UDN), “os mais numerosos e os mais influentes” (MOTTA, 1999: p. 120). No MDB, boa parte dos antigos membros do PTB e do PSD que não foram cassados pelo regime, além de militantes de esquerda, formaram o partido (idem: p. 120). Em Alegrete, uma aliança partidária conservadora e liberal

---

<sup>10</sup> A extinção do sistema político pluripartidário pelo regime civil-militar ocorreu por meio do Ato Institucional nº 2 (AI-2), logo após a eleição direta para governador em 1965, que resultou “em pesada derrota para os candidatos apoiados pelo governo em dois estados importantes, Rio de Janeiro (então Guanabara) e Minas Gerais” (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 64). Pouco depois, decretou-se o Ato Complementar nº 4 (AC-4), que criou o bipartidarismo. Sobre o AI-2, ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm). Sobre o AC-4, ver: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=90596&norma=116094>.

estabelecida na fase anterior ao regime iniciar, entre o PSD, a UDN e o Partido Libertador (PL), denominada União Pelo Progresso de Alegrete (UPPA), formou a ARENA. O eleitorado da UPPA foi basicamente mantido pelo partido arenista, predominantemente rural, sob influência dos grandes estancieiros do município.<sup>11</sup> Na oposição, o MDB representou no município a bandeira do trabalhismo, do antigo PTB, e o eleitorado era basicamente urbano.<sup>12</sup>

Neste contexto pluralista, emergiram as sublegendas, criadas por meio do Ato Complementar nº 26 (AC-26), de 29 de novembro de 1966. O regime civil-militar criou este mecanismo com o objetivo de amenizar os riscos sofridos pela ARENA de ter suas bases ruídas, devido à diversidade das forças políticas e dos conflitos em seu interior. Assim, o modelo implantado permitiria que alas divergentes indicassem os seus representantes à disputa, e não necessariamente um candidato, o mesmo valendo para o MDB. Seu Artigo Primeiro dizia: “Para as eleições diretas a serem realizadas até 15 de março de 1967, poderá ser admitido o registro de candidatos em sublegendas, feita a escolha na conformidade do que dispuser o documento constitutivo de cada organização.”<sup>13</sup>

Vale ressaltar que os mandatos eletivos a serem encerrados em 1967 foram prorrogados por um ano. Desse modo, a Lei de Sublegendas ao qual trabalhamos na pesquisa é a de nº 5.453, baixada em 14 de junho de 1968, com algumas alterações com relação à primeira. Através dela, ficou estabelecido:

*(Em seu Art. 1º, num total de 22) “Os Partidos Políticos poderão instituir, na forma prevista nesta lei, até três sublegendas nas eleições para Governador e Prefeito”. (No Art. 2º) “A instituição sublegendas será concedida pela respectiva convenção partidária estadual ou municipal, dentro de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data fixada para as eleições.” (Em parágrafo único) “a Cada sublegenda será qualificada pela denominação de Partido, seguida dos números 1 a 3, na ordem decrescente dos votos com que foram instituídas na convenção, havendo sorteio em caso de empate”. (No Art. 3º, sobre as convenções referentes ao artigo anterior): “serão realizadas sob a presidência respectivamente, de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, do Juiz Eleitoral da Zona ou de representante indicado pela Justiça Eleitoral.” (No Art. 4º) “Submetidos os nomes indicados ao escrutínio secreto, serão considerados candidatos do Partido em sublegendas de 3 (três) mais votados,*

---

<sup>11</sup> Em Alegrete, as principais atividades econômicas estão vinculadas historicamente à agropecuária, especialmente à criação de gado e o cultivo de arroz, em virtude da sua localização no Bioma Pampa. O primeiro foi predominante até a metade do século XX e o segundo foi introduzido por algumas famílias de imigrantes italianos, entre os anos de 1940 e 1950.

<sup>12</sup> O advento da UPPA, formada para combater eleitoralmente o PTB, não foi uma exclusividade de Alegrete. Vários estudos apontam este fenômeno em praticamente todo o Rio Grande do Sul, com a coligação de partidos conservadores e liberais contra o PTB. Dentre os autores principais, estão: Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (1981); Hégio Trindade e Maria Izabel Noll (1991); e Miguel Bodea (1992).

<sup>13</sup> Ver mais detalhes do ato complementar em: BRASIL. Câmara dos Deputados Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-26-29-novembro-1966-363338-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15/1/2015.

*desde que haja obtido, cada qual dêles, o mínimo de 20% (vinte por cento) dos votos dos convencionais.”<sup>14</sup>*

Em outras palavras, o partido poderia lançar no máximo três candidaturas, sendo estas escolhidas em convenção. Entre os requisitos exigidos pela Justiça Eleitoral, primeiramente os candidatos interessados deveriam formalizar as suas intenções e assim constituir a legenda, bem como as suas bases de campanha. Posteriormente, caso houvesse a confirmação de mais de uma “chapa”, era feita uma votação entre os postulantes, para a escolha das numerações das sublegendas. Feito isso, elas ficariam denominadas ARENA 1, ARENA 2 e ARENA 3 ou MDB 1, MDB 2 e MDB 3. No fim da eleição, a soma dos votos de todas as sublegendas de um partido definia o vencedor, e não a obtida pelo candidato mais votado.

Diante destas informações, é possível inferir sobre as possibilidades e as intenções da utilização do referido mecanismo eleitoral: quanto aos candidatos, àquele escolhido com a primeira sublegenda era possivelmente uma liderança superior às outras, pertencia a uma fração mais forte da organização ou se tratava do político no qual o partido considerava ter maiores chances de vitória. Quanto ao partido, ele poderia formar mais de uma sublegenda para acomodar lideranças e frações discordantes em seu interior, remanescentes do período anterior ao bipartidarismo e/ou surgidas já com este em andamento, como também (1) indicar apenas um candidato ou apoiar apenas um dos seus postulantes, (2) dar total liberdade às sublegendas formadas ou (3) criar duas ou três para tirarem votos dos adversários do outro partido, considerando uma delas favorita. Nos dois últimos casos, sobretudo no terceiro, o partido se valeria da soma geral dos votos conquistados antes de buscar o objetivo no pleito por meio do candidato mais votado.

Conforme Jacobina (2010: p. 12), o mecanismo impedia que o MDB explorasse divisões da ARENA, já que esta se mantinha aglutinada, e a possibilidade de governar atraísse políticos mais influentes, em sua maioria, para o partido arenista.

Entretanto, o MDB alegretense venceu em 1968 utilizando-se do recurso das sublegendas, e em 1972, suplantando, com apenas uma “chapa”, duas da ARENA. Trata-se de um dado eleitoral que diverge da tendência nacional, de dificuldades do MDB na primeira década do regime. Por este motivo, a compreensão sobre as sublegendas se torna necessária à análise dos pleitos municipais, e de certo modo, das dinâmicas da política destas localidades interioranas, como no caso de Alegrete, em meio ao regime civil-militar. A observação prévia sobre os resultados municipais alegretenses permite a suposição de que as sublegendas

---

<sup>14</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Extraído de: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5453-14-junho-1968-359235-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23/11/2014.

conferiram certa autonomia aos partidos políticos na esfera local, não servindo unicamente para a acomodação dos grupos e das lideranças políticas. Por meio das sublegendas, inúmeras estratégias poderiam ser elaboradas no período eleitoral, em busca do cargo público em voga e do poder político na localidade, e ainda servir como um recurso possível, em especial ao MDB, para diminuir as amarras proporcionadas pela repressão.

Ademais, formaram-se três sublegendas em Alegrete, em 1976, duas da ARENA e uma do MDB. Pela ARENA, José Rubens Pillar foi indicado à sublegenda 1, tendo Hernani Motta Antunes como vice; pela sublegenda 2, João Farret e Odilon Bessa Simões foram os representantes. No MDB, Airton Pacheco do Amaral foi o candidato e Felipe Scarrone Silva o vice.<sup>15</sup>

## 2 A FORMAÇÃO DAS SUBLENDAS

Conforme Berstein, os interesses divergentes entre as alas do partido necessitam de indispensáveis arbitragens, “no momento em que este é levado a definir um programa de ação” (2003: p. 77). O exercício do poder “é sempre usado a articular compromissos aos quais o obrigam a heterogeneidade dos seus apoios”, levando em conta eventuais alianças, coligações e a governabilidade. Mas, *a priori*, um conjunto de membros designa democraticamente poder de decisões a chefes ou lideranças, que paralelamente formam “uma oligarquia de dirigentes profissionais que se tornam inamovíveis, (que) representam o partido aos olhos da opinião pública e parecem dirigi-lo sem restrições” (Idem: p. 83).

O pleito de 1972 demonstrou uma divisão clara entre as alas arenistas, e um clima nada amistoso entre as suas principais lideranças. Os grupos originários anteriormente do PL e da UDN disputavam espaço entre si, enquanto os do PSD eram mais conciliadores.<sup>16</sup> Contudo, o ponto comum entre todas as frações do partido foi atentar sobre o aumento populacional urbano e a intensificação do êxodo rural. No censo populacional de 1960, Alegrete possuía 54.627 habitantes, sendo 34.571 urbanos e 20.056 rurais; em 1970, possuía 65.030 habitantes, sendo 46.077 urbanos e 18.953 rurais; e em 1980, com alguma variação com relação à população de 1976, tinha 69.472 no total, sendo 55.598 urbanas e 13.874 rurais.<sup>17</sup> A diminuição da população rural e a instalação de muitos migrantes em bairros periféricos da cidade, onde a entrada do MDB era maior, se tornaram aspectos problemáticos

---

<sup>15</sup> Ver mais em: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS). Eleições municipais: 1968, 1972 e 1976.

<sup>16</sup> Cf. BRANDOLT, Gilberto: depoimento [dez. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

<sup>17</sup> Ver mais em: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados censitários: 1960, 1970 e 1980.

para a ARENA. Além do mais, o desgaste nacional do partido poderia contribuir para uma terceira derrota em Alegrete. Uma alternativa seria atrair os eleitores não partidários e as massas indecisas apresentadas a cada pleito.

Diante disso, a ARENA lançou um candidato popular, José Rubens Pillar, e outro que podemos considerar como um “puxador de votos”, João Farret, por ter tido considerável votação para vereador na eleição anterior. Em suma, a necessidade dos votos urbanos fizeram com que Rubens Pillar fosse indicado à sublegenda 1 e considerado o favorito do partido à disputa. As ações desenvolvidas pelo político durante a década de 1970 comprovam isso. Chegou em Alegrete ao final dos anos de 1960, como padre. A partir de 1970, obteve espaço no periódico local *Gazeta de Alegrete*, no qual escrevia na capa, e às vezes na segunda página, sobre assuntos gerais, problemas sociais, política, etc. Após largar as atividades vocacionais, ingressou na política através do convite de Brasilêncio Lopes Machado, em meados de 1972.<sup>18</sup> Na ocasião, Pillar compôs como vice a sublegenda 2 da ARENA, que tinha Brasilêncio como candidato a prefeito e era formada pela ala udenista do partido. Ficaram em segundo lugar na disputa. Em seguida, ingressou na Rádio Alegrete, cujo programa diário era também pautado por temas gerais, e na Fundação Educacional (primeira universidade de Alegrete), como professor. Além disso, foi fundador e presidente de inúmeras associações de bairros, tornando-se bastante popular e a principal liderança do partido.<sup>19</sup>

O vice de Pillar, Hernani Antunes, vinha de uma família rica, ligada à pecuária. Filho de Manoel Antunes da Silva – também político, candidato a vice pela ARENA 1 em 1968, numa “chapa” encabeçada pelo libertador Joaquim Milano –, Hernani representava a base de apoio dos grandes fazendeiros do município, sobretudo os das regiões de Durasnal e São João, no interior do município.<sup>20</sup>

Na outra sublegenda arenista, formada pela ala do PL, estava João Farret. Farret era militar e sua campanha buscou alguns votos nas instituições militares da cidade.<sup>21</sup> Ingressou na política na eleição de 1972, como candidato a vereador pela ARENA. Obteve 2765 votos, sendo eleito com a maior votação entre os postulantes à vereança. Ao pleito de 1976, certamente Farret confiou na expressiva votação anterior, tendo ao seu lado outro político que teve bons resultados no pleito: Odilon Bessa Simões. Simões, advogado, também concorreu

---

<sup>18</sup> Brasilêncio, udenista, foi vereador entre 1964 e 1972, e presidente da Câmara entre 1970 e 1972.

<sup>19</sup> Dos depoimentos prestados pelos ex-políticos alegretenses elencados no início do presente artigo, todos apontaram que o Sr. José Rubens Pillar era politicamente centralizador, e que por causa desta postura, teria minado o surgimento de novas lideranças no partido.

<sup>20</sup> Cf. AMARAL. Ainton Pacheco do: depoimento [nov. 2014]; BRANDOLT, Gilberto: depoimento [dez. 2014. OLIVEIRA]. Entrevistas concedidas a Diego Garcia Braga.

<sup>21</sup> Cf. AMARAL.



pela primeira vez em 1972 e obteve 864 votos. Foi o quinto mais votado, em uma composição parlamentar de onze cadeiras, e o terceiro geral da ARENA. Ambos eram políticos considerados “puros”.

Já no MDB, a estratégia talvez tenha sido a mesma adotada em 1972, ocasião em que venceu duas sublegendas arenistas. Assim, em 1976 foi lançada candidatura única. O representante, Airton Pacheco do Amaral, advogado, era o atual vice-prefeito, na segunda administração de Adão Ortiz Houayek. Ingressou na política por origens familiares, no PSD. Com o regime em curso, filiou-se no MDB em meio ao pleito de 1968 e ajudou a sublegenda 2 durante a campanha. No entanto, o vice-prefeito eleito, Adão Faraco, que também exercia a função de Secretário de Educação, foi cassado pelo AI-5 em 1969, fazendo com que o governo municipal indicasse um novo secretário, enquanto o cargo de vice permaneceu vago. O escolhido foi Airton Amaral, que se manteve na Secretaria até 1976.

Todavia, o partido enfrentava problemas entre as suas lideranças. Nos primeiros anos do regime, havia dois grupos bem definidos. O primeiro teve uma postura moderada, sob influência da Adão Houayek, prefeito entre 1964 e 1968 e 1972 e 1976, e Arnaldo Paz, vice entre 1964 e 1968 e prefeito entre 1969 e 1972. O segundo, mais crítico com relação ao regime, teve a influência principal de Cassiano Pahim da Motta. Entretanto, o grupo de Cassiano foi perdendo força, principalmente devido os seguidos insucessos eleitorais do político, para deputado estadual em 1966 e 1969 e prefeito em 1968, e por ter sido seguidamente detido pelo Exército. Além disso, os governos dos líderes do grupo emedebista oposto tiveram boa aprovação popular e a postura moderada foi significativa para a governabilidade dos mesmos, com relação a possíveis reprimendas do regime a medidas do prefeito. Já o risco de Cassiano Motta ser cassado, caso ocupasse algum cargo eletivo, era iminente.<sup>22</sup>

Ao longo dos anos de 1970, o grupo moderado subdividiu-se em dois, sob as influências das lideranças apontadas. Airton Amaral fez parte do grupo de Arnaldo Paz, mesmo sendo vice de Adão Houayek. Segundo o próprio Amaral, Houayek possuía um perfil político individualista, de centrar decisões para si, e isso gerou divergências. Luis Alberto Cunha seria o nome indicado por Houayek à prefeitura em 1976, embora este não tivesse demonstrado interesse em concorrer. A recusa de Cunha fez o prefeito perder um valioso tempo, para que pudesse articular uma sublegenda que fosse de seu respaldo, importante para

---

<sup>22</sup> MENESES, Eleú: depoimento [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.



a formulação das bases de campanha, das propostas de governo, questões financeiras, preparo de material panfletário, organização dos militantes e assim por diante.

Faltaram-lhe nomes populares para compor uma sublegenda, enquanto o grupo de Arnaldo Paz formalizava, ao mesmo tempo, a “chapa” com Airton Amaral. O impasse seguinte seria a definição do vice. Como conta o próprio Amaral na entrevista a nós concedida, dois nomes foram indicados: Felipe Scarrone e Julio Cesar Fagundes.

Faltam-nos informações sobre Scarrone, embora saibamos que sua idade era avançada no período do pleito. Em virtude de o candidato a prefeito ser jovem à época, pensou-se em unir juventude e experiência. Julio Cesar, por sua vez, era de preferência de Adão Houayek, e membro de uma família ligada à música e à política. Era irmão de Aldo Fagundes, deputado estadual pelo PTB em 1963 e deputado federal pelo MDB entre 1967 e 1983, e de Euclídes Fagundes Filho, o Bagre, um dos compositores da música “Canto Alegretense” e vereador entre 1972 e 1976. Julio Cesar Fagundes também tinha sido eleito vereador pelo MDB em 1968, sendo o mais votado; mas renunciou o mandato poucos meses depois, pressionado pelas denúncias sobre a sua situação empregatícia, como funcionário público do município.<sup>23</sup> Deste modo, o escolhido a vice-prefeito foi o Sr. Scarrone.

### 3 O RESULTADO DA ELEIÇÃO

Conforme os dados extraídos da ata final do pleito, o eleitorado alegretense era composto por 32.138 pessoas em 1976. Deste número, 27.256 compareceram à sessão eleitoral. Especificamente, 4.882 pessoas não votaram, sendo que ao adicionarmos os 721 que preferiram o voto em branco e os 652 que optaram pela anulação do mesmo, o número aumenta para 6.255. O MDB teve a candidatura mais votada, chegando aos 12.726 votos. A ARENA 1, por sua vez, obteve 10.443 votos, e a ARENA 2, 2.714. A soma dos votos arenistas totalizou 13.157, sagrando vencedor o candidato José Rubens Pillar, embora a sua sublegenda tenha conquistado 2.283 a menos que a “chapa” emedebista.

---

<sup>23</sup> No dia 16 de janeiro de 1970, uma sessão foi aberta para a apuração de denúncias contra o prefeito municipal, acerca de irregularidades em sua administração. As duas acusações ao prefeito envolviam pagamentos de salários, entendidos como ilegais, cujo caso de Julio Cesar era devido a alguns pagamentos referentes a horas extras. Estando licenciado do cargo de funcionário municipal enquanto vereador, Julio Cesar não poderia receber vencimentos relativos ao seu antigo emprego até o término do seu mandato. Não havendo uma definição na Câmara, o processo foi levado à Justiça Civil, onde o prefeito foi absolvido por falta de provas. No caso de Cesar Fagundes, o juiz salientou que o processo envolvendo o vereador não era claro, pois a Lei que o acusava teria sido mal interpretada pelo Legislativo, e, ao finalizar, apontou que o réu não agira de forma dolosa. Após o episódio, amplamente pressionado pela bancada da ARENA, o vereador renunciou ao cargo. GAZETA DE ALEGRETE. 20/5/1971, p. 4.



Em suma, o resultado final da eleição contrariou a tendência nacional, de avanço eleitoral do MDB e retrocesso da ARENA. Por outro lado, o escrutínio favoreceu o partido governista local, através dos propósitos pelos quais as sublegendas foram criadas, pois, em condições normais, o vencedor seria o candidato emedebista. A ARENA, no entanto, traçou uma melhor estratégia de campanha, ao lançar duas “chapas”, e também se beneficiou por ter um candidato popular. Este candidato carregou consigo o fato de ter sido padre da Igreja Católica, explorando junto ao eleitor uma imagem carismática e de integridade moral. Se o partido arenista se organizou de forma compacta para o pleito, isso ocorreu por causa da influência de José Rubens Pillar nos bastidores do partido. A cúpula da ARENA foi ficando impotente perante o progressivo crescimento do político e pela falta de outras lideranças que o equiparassem.

No MDB, o acirramento das disputas internas foi determinante para o insucesso no pleito. Não é possível identificar falhas graves na campanha política lançada, pois os postulantes participaram de comícios, reuniões com líderes de bairros, debates em programas radiofônicos, etc. No entanto, as desavenças entre as ideias políticas de Houayek e Amaral culminaram em um não envolvimento do prefeito na campanha, inserindo o seu nome no discurso construído ou na participação efetiva nos comícios, diferente do que fizera em 1968 ao apoiar o então vice-prefeito Arnaldo Paz. Segundo Amaral, um grande número de metodistas apoiaria a sublegenda do MDB caso o nome indicado à vice da “chapa” fosse o de Julio Cesar Fagundes, e não o de Felipe Scarrone, por ser praticante da Igreja Metodista. A negativa ao seu nome teria fragmentado estes votos, além de ter gerado um desconforto envolvendo o partido e a família Fagundes, que tinha alguns membros vinculados ao MDB. Além disso, algumas obras realizadas na administração de Houayek, como a construção de pontes e escolas na zona rural e a rodoviária e o Centro Cultural na cidade, que foram finalizadas após a data do pleito, em 15 de novembro, poderiam aparecer na campanha como uma obra em conjunto, vinculando o nome de Amaral a elas, o que segundo o próprio político derrotado, não foi feito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intervenções do regime civil-militar no cenário político-partidário em favor de seu partido representante e o fato de muitos eleitores darem caráter plebiscitário a alguns sufrágios proporcionais estaduais e ao Congresso, a partir da metade da década de 1970, por meio de um “sim” ou um “não” ao regime, tornam as esferas nacionais, bem como a atuação



da ARENA e do MDB, menos aparentes com relação às suas atribuições legais. O sistema político e os dois partidos foram instituições frágeis, cujos mecanismos impostos pelo regime, como as cassações de mandatos e o advento das sublegendas, ajudam a espessar esta argumentação. Por um lado, a fragilidade do modelo político-partidário pode ser vista em alguns casos em que as sublegendas foram utilizadas, no qual propiciou com a derrota o candidato mais votado. Por outro lado, de forma alguma pode ser considerado artificial, por se tratar de uma classificação que transmite a ideia de que a ARENA e o MDB não tiveram qualquer serventia para a política nacional e que foram partidos totalmente subjugados pelo regime.

Os diretórios dos partidos em Alegrete tiveram autonomia para elaborar inúmeras estratégias políticas, sendo que as sublegendas aguçaram as disputas intra e interpartidárias e movimentaram as bases organizacionais das duas instituições em prol do poder político em constante disputa. No caso da ARENA, a grosso modo, se constatou que o seu candidato mais popular não conseguiria vencer sozinho o pleito de 1976. Sabendo disso, a cúpula do partido indicou dois candidatos para justamente se valer da soma dos votos das sublegendas. Um “chapa” principal que teve o apoio maior do partido e se articulou visando tanto os votos urbanos quanto os rurais, com o auxílio de uma segunda, para eventualmente tirar votos do MDB. Somente desta maneira o partido de oposição poderia ser vencido, em vista dos sucessos eleitorais anteriores ao pleito de 1976.

Além disso, as medidas tomadas pelo MDB no período eleitoral permitem a visualização de outra característica das sublegendas, que foi a ampliação das desavenças entre as frações partidárias. Assim podemos compreender os motivos pelos quais o partido não tomou uma estratégia semelhante à elaborada pela ARENA, aparentemente óbvia. Ações imediatas impediram o entendimento do partido sobre o lançamento de mais de uma candidatura e contribuíram para o pouco esforço do governo em fazer o sucessor.

De modo geral, deve-se unir às análises acerca da atuação da ARENA e do MDB nas esferas nacionais àquelas observadas em localidades afastadas das grandes capitais e/ou dos grandes centros urbanos, para problematizar a complexidade do regime civil-militar brasileiro, muitas vezes entendido como uma grande estrutura repressiva monolítica. Os resultados eleitorais alegretenses contrariaram as tendências nacionais, de avanço emedebista e de queda arenista ao final dos anos de 1970. Torna-se necessário, portanto, verificar se em outros municípios e em suas eleições para prefeito, a utilização das sublegendas tornou os



respectivos cenários políticos tão acirrados quanto em Alegrete, e se ainda conferiu autonomia aos diretórios locais dos partidos, sobretudo ao MDB.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

AMARAL. Ainton Pacheco do: depoimento [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

AVELAR, Lúcia; Cintra, Antônio Octávio (Orgs.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, p. 243-255, 2007.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. (Org.). Por Uma História Política. 2ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 5ª Edição. Brasília: Udundb, 1993, p. 392.

BODEA, Miguel. Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BRAGA, Maria do Socorro Souza; BOURDOUKAN, Adla: Partidos Políticos no Brasil: Organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. Artigo. Perspectivas, Revista de Ciências Sociais, São Paulo: UNESP, vol. 35, p. 117-148, jan./jun., 2009.

BRANDOLT, Gilberto: depoimento [dez. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

BRASIL. IBGE/Alegrete. Dados Censitários: 1950, 60, 70 e 80. Tabela em Excel.

\_\_\_\_\_. Ato Institucional nº 2. Extraído de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm). Acesso em: 15/1/2015.

\_\_\_\_\_. Ato Complementar nº 4. Extraído de: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=90596&norma=116094>. Acesso em: 15/1/2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.453. Extraído de: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5453-14-junho-1968-359235-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20/1/2015.

Centro de Pesquisa de Alegrete (CEPAL). Caixa-arquivo: Joaquim Fonseca Milano.

COSTA, Célia; GAGLIARDI, Juliana. Lysâneas, um autêntico do MDB. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 37, p. 201-212, jan./jun., 2006.

DAVIS, Natalie Zemon. O retorno de Martin Guerre. São Paulo: Paz e Terra, 1987.



DREIFUSS, René Armand. 1964. A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FARACO, Adão Dornelles: depoimento [ago. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

FÉLIX, Luiz Carlos: depoimento [fev. 2013]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista brasileira de História. São Paulo, v. 24, n 47, p. 29-60, 2004.

FLEISCHER, David V.. (Org.). Os partidos Políticos no Brasil. Volume I e II. Brasília: UnB, 1981.

GAZETA DE ALEGRETE. Periódico. 20/5/1971.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre” de Natalie Zemon Davis. In: \_\_\_\_\_. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 179-202.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história?. In: REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

GRINBERG, Lucia. Partido Político ou Bode Expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965 – 1979. Rio de Janeiro: Mauad x, 2009.

JACOBINA, André Teixeira: Clivagens Partidárias: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974 – 1979). Salvador: UFBA, 2010. Dissertação de Mestrado.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Raquel. Partidos Políticos e consolidação democrática. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LÉVI, Giovanni. A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.): A Escrita da História. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 2011, p. 135-164.

LIMA, Henrique Espada. Micro-História. In: VAINFAS, Ronaldo; FLAMARION, Ciro (Orgs.). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 207-223.

KINZO, Maria D´Alva Gil. Oposição e Autoritarismo. São Paulo: Idesp/Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. A DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA: um balanço do processo político desde a transição. Artigo. São Paulo Perspec. vol.15 no. 4 São Paulo Oct./Dec. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400002&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400002&script=sci_arttext&tlng=es)> Acessado em 26/5/2012.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. Legitimidade e Coação no Brasil pós-64. Rio de Janeiro: Forence-Universitária, 1978.



MADEIRA, Rafael Machado. ARENA ou ARENAs? A Coesão Partidária da Legenda do Regime em Três Estados Brasileiros. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação de Mestrado.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. BNH: outras perspectivas. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/BNH,%20outra%20perspectiva.pdf>. Acesso em 25/5/2014.

MENESES, Eleú: depoimento [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

RÉMOND, René. (Org.). Por Uma História Política. 2ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: Levi, Giovanni. A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral. Eleições: 1968, 1972 e 1976. <http://www.tre-rs.gov.br>.

\_\_\_\_\_. Acervo Cartográfico do IHGRGS. Extraído de [http://ihgrgs.org.br/cd\\_mapas\\_rs/CD/Indice.htm](http://ihgrgs.org.br/cd_mapas_rs/CD/Indice.htm)

ROSSO, Claudio: depoimento [dez. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

SANTOS, Danilo Assumpção. Câmara Municipal de Alegrete: 180 anos (1831-2011). Alegrete: Gráfica Universitária, 2011.

SERNA, Justo; PONS, Analet. O buraco da agulha. De que falamos quando falamos de micro-história? In: MARTINS, M. Cristina Bohn & MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Uma história em escalas: a micro-análise e a historiografia latino-americanas. São Leopoldo: Oikus; Ed. Da Unisinos, 2012, p. 15-72.

TRINDADE, Héliq; NOLL, Maria Izabel. Rio Grande do Sul: Partidos e Eleições (1823 – 1990). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Sulina, 1991.

TRINDADE, Héliq; LEITE, Luiz Osvaldo. (Orgs.). Leônidas Xausa. Porto Alegre: UFRGS, 2004.